

# Paraná Banco S.A.

**Demonstrações Contábeis  
Conglomerado Prudencial em  
30 de junho de 2019 e 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados do Conglomerado Prudencial</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa do Conglomerado Prudencial - Método indireto</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado do Conglomerado Prudencial</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do  
Paraná Banco S.A.  
Curitiba - PR

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Paraná Banco S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Paraná Banco S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e as entidades incluídas no conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Paraná Banco S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

O Paraná Banco S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 14 de agosto de 2019.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e as entidades incluídas no conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das entidades incluídas no conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e das entidades incluídas no conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e das entidades incluídas no conglomerado a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 10 de outubro de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC PR-007945/F-7



Eduardo Tomazelli Remedi

Contador CRC 1SP-259915/O-0

**Paraná Banco S.A.**

**Balanco patrimonial do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>		<u>3.351.096</u>	<u>2.830.217</u>	<b>Circulante</b>		<u>2.791.046</u>	<u>2.252.791</u>
<b>Disponibilidades</b>		303	676	<b>Depósitos</b>	9	<u>1.746.884</u>	<u>1.241.116</u>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	4	<u>1.700.580</u>	<u>1.460.478</u>	Depósitos à vista		4.983	3.096
Aplicações no mercado aberto		1.700.279	1.452.613	Depósitos interfinanceiros		112.963	116.376
Aplicações em depósitos interfinanceiros		301	7.865	Depósitos a prazo		1.628.938	1.121.644
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	5.a	<u>530.373</u>	<u>196.261</u>	<b>Captações no mercado aberto</b>	10	<u>19.970</u>	<u>34.203</u>
Carteira própria		454.552	139.871	Carteira própria		19.970	34.203
Vinculados a prestação de garantia		45.703	21.500	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	11	<u>874.357</u>	<u>836.787</u>
Vinculados a compromisso de recompra		29.469	34.230	Obrigações por emissão de títulos		874.357	836.787
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	-	11	<b>Relações interfinanceiras</b>		<u>1</u>	<u>49</u>
Títulos de capitalização		649	649	Recebimentos e pagamentos a liquidar		1	49
<b>Relações interfinanceiras</b>		<u>97</u>	<u>82</u>	<b>Obrigações por repasses no País</b>	12	3.149	7.432
Pagamentos e recebimentos a liquidar		97	82	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	5.b	1.696	226
<b>Operações de crédito</b>	6	<u>1.066.012</u>	<u>1.121.471</u>	<b>Outras obrigações</b>		<u>144.989</u>	<u>132.978</u>
Operações de crédito - setor privado		1.150.653	1.309.455	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		669	755
Operações de crédito - vinculadas a cessão		37.072	-	Sociais e estatutárias		5.526	27.127
Provisão para perdas com operações de crédito	6.d	(121.713)	(187.984)	Fiscais e previdenciárias		43.749	64.913
<b>Outros créditos</b>		<u>53.731</u>	<u>51.236</u>	Diversas	13	95.045	40.183
Rendas a receber		1.900	4.502	<b>Não circulante</b>			
Diversos	7	52.777	63.480	<b>Exigível a longo prazo</b>		<u>1.909.522</u>	<u>2.111.338</u>
Provisão para perdas outros créditos diversos	6.d	(946)	(16.746)	<b>Depósitos</b>	9	<u>278.908</u>	<u>848.868</u>
<b>Outros valores e bens</b>		<u>-</u>	<u>13</u>	Depósitos a prazo		278.908	848.868
Outros valores e bens		-	13	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	11	<u>1.533.077</u>	<u>1.241.525</u>
<b>Não circulante</b>				Obrigações por emissão de títulos		1.533.077	1.241.525
<b>Realizável a longo prazo</b>		<u>2.282.178</u>	<u>2.255.150</u>	<b>Obrigações por repasses no país</b>	12	-	3.146
<b>Operações de crédito</b>	6	<u>2.189.450</u>	<u>2.120.874</u>	<b>Outras obrigações</b>		<u>97.537</u>	<u>17.799</u>
Operações de crédito - setor privado		2.029.511	2.182.167	Diversas	13	97.537	17.799
Operações de crédito vinculadas a cessão		201.189	-	<b>Patrimônio líquido</b>	16	<u>1.448.021</u>	<u>1.346.669</u>
Provisão para perdas com operações de crédito	6.d	(41.250)	(61.293)	Capital social			
<b>Outros créditos</b>		<u>87.622</u>	<u>130.475</u>	De domiciliados no País		768.359	768.359
Diversos	7	87.622	130.475	Reservas de lucros		710.034	578.045
<b>Outros valores e bens</b>		<u>5.106</u>	<u>3.801</u>	Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários		(30.372)	265
Outros valores e bens		5.113	3.833				
Provisão para desvalorizações		(7)	(32)				
<b>Permanente</b>		<u>515.315</u>	<u>625.431</u>				
<b>Investimentos</b>		<u>506.330</u>	<u>618.213</u>				
Participação em controladas e coligada no País	8	506.262	618.140				
Outros investimentos		85	91				
Provisão para perdas		(17)	(18)				
<b>Imobilizado de uso</b>		<u>8.985</u>	<u>7.218</u>				
Imóveis de uso		1.867	1.867				
Outras imobilizações de uso		19.754	15.859				
Depreciação acumulada		(12.636)	(10.508)				
<b>Total</b>		<u>6.148.589</u>	<u>5.710.798</u>	<b>Total</b>		<u>6.148.589</u>	<u>5.710.798</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Paraná Banco S.A.

## Demonstrações de resultados do Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	1º Sem 2019	1º Sem 2018
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<u>473.079</u>	<u>480.792</u>
Operações de crédito		402.783	441.251
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		70.296	39.541
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<u>(178.095)</u>	<u>(256.783)</u>
Operações de captação no mercado		(170.989)	(140.512)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		184	4.439
Provisão para perdas com operações de crédito	6	<u>(7.290)</u>	<u>(120.710)</u>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		294.984	224.009
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<u>(105.356)</u>	<u>(92.841)</u>
Receitas de prestação de serviços		5.438	4.151
Receitas de tarifas bancárias		145	1.197
Despesas de pessoal		(26.067)	(20.336)
Honorários da Administração		(2.831)	(3.114)
Outras despesas administrativas	18	(80.977)	(84.794)
Despesas tributárias		(14.898)	(15.381)
Resultado de participação em controladas	8	20.613	26.343
Outras receitas operacionais	19	3.173	5.835
Outras despesas operacionais	19	<u>(9.952)</u>	<u>(6.742)</u>
<b>Resultado operacional</b>		189.628	131.168
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		189.628	131.168
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	15	<u>(55.559)</u>	<u>(26.717)</u>
Imposto de renda - corrente		(24.063)	(30.931)
Contribuição social - corrente		(14.882)	(25.255)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(16.614)	29.469
<b>Participação dos empregados e administradores nos lucros</b>		<u>-</u>	<u>(186)</u>
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<u><u>134.069</u></u>	<u><u>104.265</u></u>
<b>Juros sobre o capital próprio</b>		<u><u>44.915</u></u>	<u><u>43.096</u></u>
<b>Quantidade de ações (em milhares)</b>		81.444	81.444
<b>Lucro líquido por ação - R\$</b>		1,65	1,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Paraná Banco S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2018</b>	768.359	82.687	434.190	265	-	1.285.500
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	104.265	104.265
<b>Destinações</b>						
Reserva legal	-	5.213	-	-	(5.213)	-
	-	-	-	-	(43.096)	(43.096)
Reserva para integridade do patrimônio líquido	-	-	55.955	-	(55.955)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<u>768.359</u>	<u>87.900</u>	<u>490.145</u>	<u>265</u>	<u>1</u>	<u>1.346.669</u>
<b>Mutações do semestre</b>	<u>-</u>	<u>5.213</u>	<u>55.955</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>61.169</u>
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2019</b>	768.359	93.468	553.707	(30.946)	-	1.384.588
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	574	-	574
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	134.069	134.069
<b>Destinações</b>						
Reserva legal	-	6.703	-	-	(6.703)	-
Dividendos	-	-	-	-	(26.295)	(26.295)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(44.915)	(44.915)
Reserva para integridade do patrimônio líquido	-	-	56.156	-	(56.156)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<u>768.359</u>	<u>100.171</u>	<u>609.863</u>	<u>(30.372)</u>	<u>-</u>	<u>1.448.021</u>
<b>Mutações do semestre</b>	<u>-</u>	<u>6.703</u>	<u>56.156</u>	<u>574</u>	<u>-</u>	<u>63.433</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Paraná Banco S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa do Conglomerado Prudencial - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	1º Sem 2019	1º Sem 2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido ajustado do semestre</b>	<u>129.971</u>	<u>202.815</u>
Lucro líquido do semestre	134.069	104.265
<b>Ajustes ao lucro líquido:</b>		
Depreciações e amortizações	1.214	1.066
Resultado de participação em controladas	(20.613)	(26.343)
Provisão para perdas com créditos	7.290	120.710
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.614	(673)
Provisão para passivos contingentes	6.108	3.790
Instrumentos financeiros derivativos	(14.711)	-
<b>Variações dos ativos e obrigações</b>	<u>192.142</u>	<u>361.224</u>
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-	(7.656)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(262.757)	(5.975)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras (ativos/passivos)	(96)	(33)
(Aumento) redução em operações de crédito	(70.981)	113.560
(Aumento) redução em outros créditos	25.337	25.518
Redução em outros valores e bens	(2.309)	615
(Redução) aumento em depósitos	(9.568)	(375.559)
(Redução) em captações no mercado aberto	5.121	34.203
(Redução) em obrigações por repasse do País	(3.430)	(8.796)
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	475.805	584.394
Aumento (redução) em outras obrigações	93.312	26.999
(Redução) Aumento em resultado de exercícios futuros	-	(2)
Impostos pagos	<u>(58.292)</u>	<u>(26.044)</u>
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas (geradas) nas atividades operacionais</b>	322.113	564.039
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Alienação de outros investimentos	-	4.584
Alienação de imobilizado de uso	737	-
Aquisição de investimento	(196)	-
Dividendos recebidos	149.546	-
Aquisição de imobilizado de uso	<u>(1.630)</u>	<u>(314)</u>
<b>Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de investimentos</b>	148.457	4.270
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Dividendos	(26.295)	-
Juros sobre o capital próprio	<u>(66.643)</u>	<u>(36.921)</u>
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos</b>	<u>(92.938)</u>	<u>(36.921)</u>
<b>Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<u>377.632</u>	<u>531.388</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.323.251	921.902
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	1.700.883	1.453.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Paraná Banco S.A.

## Demonstrações do valor adicionado do Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	1° Sem 2019	1° Sem 2018
<b>Receitas</b>	<u>502.589</u>	<u>371.264</u>
Intermediação financeira	501.124	480.791
Prestação de serviços e tarifas bancárias	5.583	5.348
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.290)	(120.710)
Outras	3.172	5.835
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	<u>(170.805)</u>	<u>(136.071)</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<u>(115.521)</u>	<u>(88.931)</u>
Materiais, energia e outros	(4.092)	(2.976)
Serviços de terceiros	(72.853)	(78.511)
Outros	(38.576)	(7.444)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>216.263</u>	<u>146.262</u>
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>	<u>(1.212)</u>	<u>(1.073)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<u>215.051</u>	<u>145.189</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<u>20.613</u>	<u>26.355</u>
Resultado de participação em controladas	20.613	26.355
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>235.664</u>	<u>171.544</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<u>235.664</u>	<u>171.544</u>
Pessoal	<u>28.690</u>	<u>23.346</u>
Remuneração direta	18.001	14.747
Benefícios	5.797	4.574
F.G.T.S.	1.075	1.134
Previdência social	3.817	2.679
Outros	-	212
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<u>71.107</u>	<u>42.638</u>
Federais	70.828	42.363
Municipais	279	275
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<u>1.798</u>	<u>1.295</u>
Aluguel	1.798	1.269
Outras	-	26
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<u>134.069</u>	<u>104.265</u>
Juros sobre o capital próprio	44.915	43.097
Dividendos	26.295	-
Lucros retidos	62.859	61.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

*(Em milhares de Reais)*

### 1 Contexto operacional

O Paraná Banco S.A. (“Banco” ou “Companhia”) é uma companhia aberta (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), de direito privado, operando na forma de banco múltiplo, tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento, operações de crédito imobiliário, câmbio e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas em conjunto com a Travelers Brasil Acquisition LLC (“Travelers”) atua também nas operações de seguros e resseguros em ramos elementares e de danos, operando principalmente nos ramos de garantias de obrigações contratuais e judiciais, nos quais é especializado; e por meio de suas controladas diretas atua na administração de fundos de investimento e na prestação de serviços e assessoria.

### 2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução nº 4.280/13 determinados pelo CMN e Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação. Nesse sentido, destacamos a empresa incluída na consolidação, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.280/13 do CMN, e a participação detida pelo Banco:

Controladas	30/06/2019			
	Ativo	Passivo	Resultado	% de participação
J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (a)	13.938	1.507	1.641	99,99
FIDC Paraná Banco III	267.971	163	(13.692)	41,29

  

Controladas	30/06/2018			
	Ativo	Passivo	Resultado	% de participação
J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (a)	11.311	1.223	605	99,99

- (a) Tem como objeto social a administração de carteiras de valores, a custódia de títulos e valores mobiliários e a promoção do lançamento de títulos e valores mobiliários, públicos e particulares.

### 3 Resumo das principais práticas contábeis

#### a. Base de consolidação

As demonstrações contábeis refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e de suas entidades controladas.

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Banco e suas subsidiárias, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

#### (i) Empreendimentos em conjunto (*joint ventures*)

Uma *joint venture* é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. O Banco possui controle conjunto quando compartilha o controle de um negócio contratualmente convencionado, o qual existe somente quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem consentimento unânime das partes que partilham o controle. O Banco reconhece sua participação em empreendimento controlado em conjunto, utilizando o método de equivalência patrimonial.

Abaixo destacamos as entidades controladas em conjunto:

Empresas	Atividade	30/06/2019		30/06/2018	
		Método de avaliação	Participação total - %	Método de avaliação	Participação total - %
<b>Entidades seguradoras no País</b>					
Junto Holding Brasil S.A. (a)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50	Equivalência Patrimonial	50,50
Junto Holding LATAM S.A (b)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50	Equivalência Patrimonial	50,50

(a) A Junto Holding Brasil S.A., foi constituída em 7 de maio de 2008, tendo como objeto social a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados e o Acordo de Acionistas rege a relação entre seus acionistas o Paraná Banco S.A. que possui 50,5% de suas ações e a Travelers Brazil Acquisition LLC titular de 49,5% das ações, todas ordinárias e sem valor nominal. A Companhia passou a ser uma controlada em conjunto pelo Banco e pela Travelers Brazil a partir de 17 de junho de 2011.

(b) Junto Holding Latam S.A. é uma *holding* de investimentos na América Latina adquirida em 17 de dezembro de 2014, tendo como objeto social a participação em sociedades atuantes nos ramos de seguros, resseguro e serviços correlatos.

#### (ii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)

O Banco cedeu parte de sua carteira de crédito ao FIDC Paraná Banco III como um instrumento para captação de recursos. Este Fundo compra exclusivamente operações de crédito do Banco. Por sua vez o Banco detém 100% de suas quotas subordinadas. Este Fundo foi constituído em março de 2019 e passou a ser consolidado a partir dessa data.

O FIDC apresenta a seguinte situação patrimonial em 30 de junho de 2019:

	30/06/2019
<b>Ativo</b>	<b>267.971</b>
Disponibilidade	1
Aplicações em cotas de fundos de investimento	29.452
Direitos creditórios (i)	238.518
<b>Passivo</b>	<b>163</b>
Outras obrigações	163
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>267.808</b>
Quotas subordinadas	110.587
Quotas seniores	157.221

(i) Carteira de crédito consignada adquirida junto ao Paraná Banco S.A. conforme descrito em nota explicativa nº 6.g

**b. Apuração do resultado**

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

**c. Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

**d. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**e. Títulos e valores mobiliários**

Conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data:

- (i) **Títulos disponíveis para a venda** - compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido é transferido para resultado;
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas; e
- (iii) **Títulos para negociação** - compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.

O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do BACEN, obedecendo ao seguinte critério:

- (iii.i) Futuros** - Contratos de derivativos estão representados por operações de futuros que são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) são classificados como “hedge” de fluxo de caixa no Banco. A Parcela efetiva da valorização ou desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge* é reconhecido diretamente em conta de resultado.

**f. Operações de crédito, depósitos a prazo, interfinanceiros e outras operações ativas e passivas**

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

**g. Provisão para perdas com créditos**

A provisão para perdas com créditos, foi constituída em montante compatível com a avaliação geral de risco de crédito, conforme análise da Administração e normas emanadas do Banco Central do Brasil, que estabelece a criação de nove faixas de riscos, sendo AA (mínimo) e H (perda), e percentuais mínimos de provisionamento para cada faixa.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas com crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido nas normas anteriormente referidas.

As operações de crédito com consignação de parcelas em folha de pagamento (“Crédito Consignado”) são classificadas levando em consideração o status individual de cada contrato de empréstimo, não atribuindo de forma automática o mesmo nível de risco para todas as operações de um mesmo cliente.

Na hipótese de um cliente possuir mais de 1 (um) contrato, aquele(s) que encontra(m)-se em curso normal (com as parcelas de principal e encargos sendo amortizadas total ou parcialmente em base mensal) será(ão) classificado(s) conforme a situação do(s) contrato(s), individualmente, independente da classificação dos demais contratos (mesmo que um ou mais estejam em prejuízo).

Para as demais modalidades de crédito, a classificação das operações de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco.

O Banco não considera, para nenhuma modalidade de crédito, a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores a 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

**h. Investimentos**

Os investimentos em sociedades coligadas, controladas e controladas em conjunto são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável..

**i. Imobilizado**

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 4% para imóveis de uso; 10% para móveis e equipamentos de uso; sistemas de comunicação e sistema de segurança; e 20% para sistema de processamento de dados.

**j. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por operações compromissadas**

São demonstrados pelos valores de exigibilidade, incluindo os encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

**k. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando alíquota de 15% e para o período compreendido entre setembro de 2015 e setembro de 2017, a alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para entidades não financeiras, a alíquota da contribuição social é de 9%.

Os créditos tributários e passivos diferidos, apresentados nas rubricas “Outros créditos - Diversos” e “Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias”, são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

## 1. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco ou suas subsidiárias possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As constituições para as contingências cíveis, trabalhistas e tributárias são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da premissa inerente ao prazo e ao valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Em relação à provisão para recuperabilidade de ativos (*impairment*), durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2019 e 2018, o Banco não identificou indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

## 4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Refere-se a operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme segue:

	30/06/2019	30/06/2018
<b>Operações compromissadas - Posição bancada</b>	<u>1.700.279</u>	<u>1.452.613</u>
Letras Financeiras do Tesouro		100.006
Letras do Tesouro Nacional	550.090	402.531
Notas do Tesouro Nacional - B	1.150.189	950.076
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<u>301</u>	<u>7.865</u>
<b>Total</b>	<u>1.700.580</u>	<u>1.460.478</u>

## 5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

### m. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados de acordo com a intenção da Administração, conforme segue demonstrado abaixo:

	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
<b>30 de junho de 2019</b>							
<b>Papel</b>							
<b>Mantidos para negociação (a.3)</b>							
<b>Carteira própria</b>							
LFT (a.1)	-	-	-	341.021	341.021	341.085	(64)
NTN-B	-	-	-	40.765	40.765	40.765	-
Fundos (a.2)	72.766	-	-	-	72.766	72.766	-
<b>Títulos de capitalização</b>							
Títulos de capitalização	649	-	-	-	649	649	-
<b>Vinculados a compromisso de recompra</b>							
NTN-B (a.1)	-	-	-	11.236	11.236	11.236	-
LFT	-	-	-	18.233	18.233	18.237	(4)
<b>Vinculados a prestação de garantia</b>							
LFT (a.1)	-	-	-	45.703	45.703	45.703	-
<b>Total</b>	<u>73.415</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>456.958</u>	<u>530.373</u>	<u>530.437</u>	<u>(68)</u>



30 de junho de 2018	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
<b>Papel</b>							
<b>Mantidos para negociação (a.3)</b>							
<b>Carteira própria</b>							
LFT (a.1)	-	9.437	111.207	13.264	133.908	133.910	(2)
Fundos (a.2)	5.963	-	-	-	5.963	5.963	-
<b>Títulos de capitalização</b>							
Títulos de capitalização	649	-	-	-	649	649	-
<b>Vinculados a compromisso de recompra</b>							
LFT (a.1)	-	-	24.778	9.452	34.230	34.227	(3)
<b>Vinculados a prestação de garantia</b>							
LFT (a.1)	-	-	-	21.500	21.500	21.506	(6)
<b>Negociação e intermediação de valores</b>							
Futuros de DI	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b><u>6.612</u></b>	<b><u>9.437</u></b>	<b><u>135.985</u></b>	<b><u>44.216</u></b>	<b><u>196.250</u></b>	<b><u>196.261</u></b>	<b><u>(11)</u></b>

- (a.1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).
- (a.2) Referem-se a aplicações em cotas de fundos de Renda Fixa não exclusivos, que são valorizados pelo valor da cota informada pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço e, em 30 de junho de 2019, inclui cotas subordinadas do FIDC Paraná Banco III no montante de R\$ 110.437.
- (a.3) Os títulos classificados como mantidos para negociação estão demonstrados nos quadros acima pelos seus vencimentos originais, sendo classificados no balanço patrimonial no ativo circulante, de acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001.

#### **n. Instrumentos financeiros derivativos**

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

O Banco tem como política a eliminação de parte do risco de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de juros e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos. Em 30 de junho de 2019 e 2018, os contratos de derivativos estão representados por operações de futuros, conforme abaixo:

	<b>Ativo (b.1)</b>				<b>Passivo (b.1)</b>			
	<b>Circulante</b>	<b>Longo Prazo</b>	<b>Total 30/06/19</b>	<b>Total 30/06/18</b>	<b>Circulante</b>	<b>Longo Prazo</b>	<b>Total 30/06/19</b>	<b>Total 30/06/18</b>
Futuros de								
DI	-	-	-	11	1.696	-	1.696	226
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>1.696</b>	<b>-</b>	<b>1.696</b>	<b>226</b>

Abaixo demonstramos um resumo por categorias:

<b>30/06/2019</b>			
<b>I - Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"</b>	<b>Valor Referencial</b>	<b>Curva</b>	<b>Mercado</b>
<b>Ativo</b>			
Certificado de depósitos interfinanceiros (CDI)	2.952.205	2.952.205	2.952.205
<b>Passivo</b>			
Taxa de juros pós "Hedge" de fluxo de caixa	(3.262.801)	(3.262.801)	(3.262.801)
	310.596	310.596	310.596
Circulante	3.660.164	3.660.164	3.660.164
Longo prazo	-	-	-
<b>Total diferencial a receber</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total diferencial a pagar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.696</b>
<b>30/06/2018</b>			
<b>I - Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"</b>	<b>Valor Referencial</b>	<b>Curva</b>	<b>Mercado</b>
<b>Ativo</b>			
Certificado de depósitos interfinanceiros (CDI)	755.927	755.927	755.927
<b>Passivo</b>			
Taxa de juros pós "Hedge" de fluxo de caixa	(685.679)	(685.679)	(693.332)
	70.248	70.248	62.595
Circulante	685.679	685.679	693.332
Longo prazo	-	-	-
<b>Total diferencial a receber</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11</b>
<b>Total diferencial a pagar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>226</b>
<b>II - Objeto de "hedge" - Valor da curva</b>		<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
<b>Passivo</b>			
Depósitos (Nota 9)	-	1.325.289	325.289
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11)	-	1.560.204	360.290
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2.885.493</b>	<b>685.579</b>

**o. Valores estimados de mercado**

Os valores de mercado foram estimados com base em preços oficialmente divulgados pela ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Mudanças nas premissas e nas alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

**6 Operações de crédito, outros créditos e provisão para perdas com operações de crédito**

**a. Composição da carteira por modalidade de crédito**

	30/06/2019	30/06/2018
Conta garantida	1.962	1.906
Capital de giro	29.653	48.252
Crédito pessoal parcelado (a.1)	3.114.937	3.338.313
Crédito pessoal parcelado (a.2)	2	12
Operações de crédito vinculadas a cessão (a.3)	238.261	-
Crédito imobiliário	30.459	36.716
Cartão de crédito	-	55.769
Finame	3.151	10.564
<b>Sub total</b>	<b>3.418.425</b>	<b>3.491.532</b>
Títulos e créditos a receber (a.4)	-	5.165
<b>Total</b>	<b><u>3.418.425</u></b>	<b><u>3.496.787</u></b>

- (a.1) Refere-se a operações de crédito consignado em folha de pagamento.
- (a.2) Refere-se a operações de crédito não consignadas.
- (a.3) Refere-se a operações de crédito consignado cedidas ao FIDC Paraná Banco III com retenção substancial de riscos e benefícios de acordo com a Resolução n.º 3.533 do Conselho Monetário Nacional.
- (a.4) Refere-se a créditos com característica de concessão de crédito oriundo de cartão de crédito e estão registrados na rubrica “Outros créditos – diversos”, apresentado na nota explicativa n.º 7 b.

**b. Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento, tipo de cliente e atividade econômica**

	Carteira a vencer					Total 30/06/19	Total 30/06/18
	Carteira vencida a partir de 15 dias (b.1)	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos		
Indústria	-	803	1.876	2.475	-	5.154	10.783
Comércio	-	331	741	139	-	1.211	8.339
Serviços	11.677	6.459	6.101	4.125	30	28.392	78.406
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	-	-	5.165
Pessoa física	183.502	268.616	707.619	1.273.591	950.340	3.383.668	3.394.094
<b>Total - 30/06/19</b>	<b><u>195.179</u></b>	<b><u>276.209</u></b>	<b><u>716.337</u></b>	<b><u>1.280.330</u></b>	<b><u>950.370</u></b>	<b><u>3.418.425</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>Total - 30/06/18</b>	<b><u>287.323</u></b>	<b><u>298.042</u></b>	<b><u>724.090</u></b>	<b><u>1.289.490</u></b>	<b><u>897.842</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>3.496.787</u></b>

- (b.1) Classificado no Ativo Circulante. Esses valores estão representados pelo saldo total das parcelas em atraso.

**c. Composição da carteira de crédito por nível de risco**

Nível	Situação	Atraso em dias	% de provisão	30/06/2019			30/06/2018	
				Total geral	Provisão requerida	Provisão Adicional (c.2)	Total geral	Valor da provisão
A	Normal	(c.1)	0,50	3.111.916	15.559	-	3.025.713	15.129
B	Normal			12.631	126	-	22.311	223
	Vencido	De 15 a 30	1,00	55.570	556	-	81.598	816
C	Normal			8.465	254	-	7.465	224
	Vencido	De 31 a 60	3,00	32.892	987	-	35.968	1.079
D	Normal			2.791	279	-	3.158	316
	Vencido	De 61 a 90	10,00	18.944	1.894	-	20.743	2.074
E	Normal			17.706	5.312	-	50.662	15.199
	Vencido	De 91 a 120	30,00	15.213	4.564	-	27.327	8.198
F	Normal			434	217	-	2.225	1.113
	Vencido	De 121 a 150	50,00	12.638	6319	-	13.637	6.819
G	Normal			68.183	47.416	20.321	95.449	66.814
	Vencido	De 151 a 180	70,00	27.403	17.866	7.654	55.009	79.455
H	Normal			1.120	1.120	-	2.479	2.479
	Vencido	Acima de 180	100,00	32.519	32.519	-	53.043	53.043
<b>Total geral</b>				<b>3.418.425</b>	<b>134.988</b>	<b>27.975</b>	<b>3.496.787</b>	<b>252.981</b>

(c.1) Inclui saldos em atraso até 14 dias.

(c.2) A provisão adicional foi constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente. A provisão adicional por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes.

**d. Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito**

	30/06/2019	30/06/2018
<b>Saldo inicial do semestre</b>	<u>196.514</u>	<u>200.501</u>
Constituição	7.290	120.710
Baixas	<u>(40.841)</u>	<u>(68.230)</u>
<b>Saldo final do semestre</b>	<u><b>162.963</b></u>	<u><b>252.981</b></u>
Recuperação de créditos baixados	16.214	16.576

**e. Concentração de créditos e risco de crédito**

	30/06/2019	30/06/2018
Dez maiores devedores	32.351	45.045
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,95%	1,29%
Cinquenta maiores devedores seguintes	24.184	33.141
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,71%	0,95%

**f. Créditos renegociados e refinanciados**

O saldo dos créditos refinanciados e renegociados em 30 de junho de 2019 é de R\$ 1.278.728 (R\$ 1.235.866 em 30 de junho de 2018), sendo R\$ 1.159.221 de refinanciados (R\$ 1.187.584 em 30 de junho de 2018) e R\$ 119.507 de renegociados (R\$ 48.282 em 30 de junho de 2018). O saldo apresentado foi apurado com base nos critérios descritos na Resolução Bacen nº 2.682/99, que considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

**g. Cessão de créditos**

No semestre findo em 30 de junho de 2019 foram realizadas cessões de crédito no montante de R\$ 345.723 da carteira de crédito consignado, com retenção substancial de riscos ao FIDC Paraná Banco III, (R\$ 146.075 da carteira Verde Card, sem direito de regresso ou coobrigação no semestre findo em 30 de junho de 2018).

**7 Outros créditos**

**a. Diversos**

<b>Circulante</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
Imposto de renda e contribuição social antecipados	13.938	26.601
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 15.c)	20.428	1.587
Créditos de convênios	1.477	693
Adiantamentos diversos (a)	3.702	3.147
Impostos a recuperar	1.826	1.114
Devedores diversos outras instituições	11.406	12.132
Títulos e créditos a receber (b)	-	18.206
<b>Total</b>	<b><u>52.777</u></b>	<b><u>63.480</u></b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 15.c)	61.154	126.311
Imposto de renda e contribuição social diferidos s/ hedge	20.425	-
Depósitos judiciais	6.043	4.164
<b>Total</b>	<b><u>87.622</u></b>	<b><u>130.475</u></b>

(a) Refere-se a adiantamentos de comissões e antecipações salariais.

(b) O saldo refere-se a operações com características de concessão de crédito.

## 8 Participações societárias em controladas e controladas em conjunto no País

	30/06/2019				30/06/2018	
	4UM Gestão de Recursos Ltda. (a)	Junto Holding Brasil S.A (b)	Junto Holding Latam S.A. (c)	CERTA Central de Registro de Ativos S.A (d).	Total	Total
<b>Em 30 de junho de 2019</b>						
<b>Informações sobre as empresas</b>						
Número de quotas/ações do capital (em milhares)	1.438	417.143	46.800	14.029		
Patrimônio líquido	1.940	961.466	44.465	11.235		
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre	(161)	42.417	(4.256)	(4.200)		
<b>Informações sobre os investimentos</b>						
Número de quotas/ações possuídas (em milhares)	1.438	210.657	26.634	628		
Percentual de participação	99,99%	50,50%	50,50%	5,45%		
<b>Valor da movimentação das contas</b>						
Saldos iniciais	2.100	602.018	20.589	437	625.144	672.131
Alienação de participação	-	-	-	-	-	(4.584)
Dividendos recebidos referente ao exercício anterior	-	-	-	-	-	(75.750)
Dividendos recebidos referente ao semestre vigente	-	(139.686)	-	-	(139.686)	-
Aumento de capital	-	-	-	191	191	-
Resultado de equivalência patrimonial - operacional	(161)	23.208	(2.434)	-	20.613	26.343
<b>Saldo das participações</b>	<b>1.939</b>	<b>485.540</b>	<b>18.155</b>	<b>628</b>	<b>506.262</b>	<b>618.140</b>

- (a) Empresa adquirida em 28 de dezembro de 2007, que atua na administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimento na modalidade gestão de recursos, prestação de consultoria em relação a valores mobiliários, distribuição de cotas de fundos de investimentos e realização de investimento e participação em outras sociedades, na qualidade de acionista, sócia ou quotista, excetuada a participação em instituições financeiras.
- (b) Empresa *holding* dos investimentos nas controladas em conjunto indiretas Junto Resseguros S.A. e Junto Seguros S.A.
- (c) Junto Holding Latam S.A. é uma *holding* dos investimentos na América Latina adquirida em 17 de dezembro de 2014.
- (d) CERTA - Central de Registro de Ativos S.A. participação adquirida em 8 de agosto de 2018, tem como objeto social atividades de registro de títulos e de outros instrumentos financeiros, que não sejam considerados valores mobiliários, incluindo o registro de ônus e gravames a eles relacionados ou sobre ele incidentes e encontra-se em fase pré operacional

## 9 Depósitos

Segue a composição por prazo de vencimento:

Vencimento	À vista		Interfinanceiros		A prazo	
	30/06/19 (a)	30/06/18 (a)	30/06/19	30/06/18	30/06/19 (b) / (c)	30/06/18 (b)
Sem vencimento	4.983	3.096	-	-	-	-
Até 90 dias	-	-	15.178	40.647	410.571	437.300
De 91 a 360 dias	-	-	97.785	75.729	832.254	684.344
Acima de 360 dias	-	-	-	-	665.021	848.834
<b>Total</b>	<b>4.983</b>	<b>3.096</b>	<b>112.963</b>	<b>116.376</b>	<b>1.907.846</b>	<b>1.970.478</b>

- (a) Apresentadas como “sem vencimento”, independente do giro normal dos depósitos.
- (b) Em 30 de junho de 2019, o saldo com garantia especial conforme Resolução nº 4.115 de 26 de julho de 2012 é de R\$ 108.813 (R\$ 246.869 em 30 de junho de 2018).
- (c) No balanço patrimonial, a alocação por prazo de vencimento considerou, além do prazo contratual destacado acima, a possibilidade de liquidação imediata no montante total de R\$ 380.492.

## 10 Captações no mercado aberto

Referem-se as operações de recompras a liquidar, lastreadas em títulos públicos federais, conforme segue:

Recompras a liquidar - carteira própria	30/06/19	30/06/18
LFT	8.473	34.203
NTN	11.497	-
<b>Total</b>	<b>19.970</b>	<b>34.203</b>

## 11 Recursos de aceites e emissão de títulos

Em 30 de junho de 2019 e 2018, a composição da carteira está demonstrada como segue:

	30/06/19			30/06/18
	Circulante	Exigível a longo prazo	Total	Total
Obrigações por emissão de LCI	22.320	-	22.320	28.897
Obrigações por emissão de LF	852.037	1.533.077	2.385.114	2.049.415
<b>Total</b>	<b>874.357</b>	<b>1.533.077</b>	<b>2.407.434</b>	<b>2.078.312</b>

## 12 Obrigações por repasses no País - Instituições Oficiais

Representados por recursos provenientes do BNDES, com vencimento até 2020. As operações estão sujeitas a incidência de encargos correspondentes a taxa de juros de longo prazo (TJLP), acrescido de juros, de acordo com as políticas operacionais do sistema BNDES. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e encargos financeiros, acrescidos de comissão por intermediação.

	30/06/19			30/06/18
	Circulante	Realizável Longo prazo	Total	Total
Obrigações por repasses no País	3.149	-	3.149	10.578
<b>Total</b>	<b>3.149</b>	<b>-</b>	<b>3.149</b>	<b>10.578</b>

## 13 Outras obrigações

### Diversas

Circulante	30/06/19	30/06/18
Cessão com retenção de riscos (a)	73.791	-
Provisão para pagamento a efetuar - outras despesas administrativas	9.192	10.650
Recebimento de operações de créditos (b)	10.095	25.619
Credores diversos - País (c)	1.912	4.373
Provisão tarifas	55	55
Outros	-	80
<b>Total</b>	<b>95.045</b>	<b>40.183</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>30/06/19</b>	<b>30/06/18</b>
Cessão com retenção de riscos (a)	83.579	-
Provisão para contingências cíveis	4.555	5.178
Provisão para contingências tributárias	1.189	1.149
Provisão para contingências trabalhistas	8.214	11.472
<b>Total</b>	<b>97.537</b>	<b>17.799</b>

- (a) Refere-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial de riscos, estes valores estão alocados exclusivamente no FIDC Paraná Banco III conforme abertura na NE 3.a. III.
- (b) Refere-se a valores pagos de empréstimos pelos clientes ao final do mês, cuja identificação e baixa da operação ocorreram no mês subsequente ao da data-base.
- (c) Refere-se a valores repassados pelos convênios, cuja identificação e baixa da operação ocorreram no mês subsequente ao da data-base.



## 14 Provisões, passivos, contingências ativas e passivas

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

### a. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	30/06/19	30/06/18
Cíveis	4.555	5.178
Trabalhistas	8.214	11.472
Tributárias	1.189	1.149
<b>Total</b>	<b>13.958</b>	<b>17.799</b>

### b. Movimentação das provisões

	2019				Saldos em 30 de Junho
	Saldos em 1º de Janeiro	Constituição	Reversão	Pagamento	
Cíveis	4.074	2.927	(1.241)	(1.205)	4.555
Trabalhistas	11.449	6.823	(1.882)	(7.636)	8.214
Tributárias	1.169	20	-	-	1.189
<b>Total - Banco</b>	<b>16.692</b>	<b>9.230</b>	<b>(3.123)</b>	<b>(8.841)</b>	<b>13.958</b>
<b>Total - 30/06/18</b>	<b>21.107</b>	<b>3.790</b>	<b>(4.127)</b>	<b>(2.881)</b>	<b>17.799</b>

### c. Contingências ativas e passivas

#### c.1 *Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária*

Em 30 de junho de 2019, o Banco possui contingências tributárias avaliadas por nossos assessores jurídicos como risco provável no montante original de R\$ 1.189 (R\$ 1.149 em 30 de junho de 2018) cuja provisão é de R\$ 1.189 (R\$ 1.149 em 30 de junho de 2018). A matéria discutida é a seguinte:

- **INSS SAT:** ação judicial referente ao recolhimento do Seguro Acidente do trabalho recolhida com alíquota diferente da legislação no período de 06/2007 a 11/2009. O valor de provisão atualizado é de R\$ 1.189 (R\$ 1.149 em 30 de junho de 2018).

**d. Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível**

**d.1 Cíveis**

O Banco possui passivos contingentes de natureza cível classificados como risco de perda possível no montante aproximado de R\$ 771 (R\$ 341 em 30 de junho 2018).

**d.2 Fiscal e Previdenciária**

Existe ainda uma Ação Judicial classificada como possível que postula a inexigibilidade da cobrança da contribuição ao PIS nos termos das Leis nº. 9.807/98, nº. 9.718/98, e da MP 1.807/99, que ampliaram a base de cálculo da contribuição cobrada das instituições financeiras, fazendo-o incidir não mais sobre a “receita bruta operacional”, mas sobre a receita total das empresas, cujo montante em 30 de junho de 2019 é R\$ 3.172 (R\$ 3.172 em 30 de junho de 2018) e também uma Ação Judicial que postula a manutenção da isenção da COFINS anteriormente fruída pelas empresas, nos termos do art. 11 da Lei Complementar nº. 70/91 e, subsidiariamente, o reconhecimento da inconstitucionalidade e da ilegalidade da exigência de tal contribuição, com a base de cálculo e alíquota veiculada pela Lei nº. 9.718/98, que equiparou receita a faturamento e estipulou o percentual de 3% para o recolhimento, cujo montante em 30 de junho de 2019 é R\$ 17.728 (R\$ 17.728 em 30 de junho 2018).

**15 Imposto de renda e contribuição social**

**a. Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações do semestre**

	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
Resultado antes da tributação sobre o lucro (após as participações e com exclusão da JSCP)	<u>189.631</u>	<u>131.168</u>
Encargos do imposto de renda e da contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(75.852)	(59.026)
Exclusões (adições) permanentes	<u>20.293</u>	<u>32.309</u>
Participações em controladas	8.310	11.854
Juros sobre o capital próprio	17.966	19.393
Hedge	(6.454)	-
Outras	<u>471</u>	<u>1.062</u>
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do semestre	<u>(55.559)</u>	<u>(26.717)</u>

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social para as empresas financeiras e equiparadas até agosto de 2015, e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e (iii) de 9% para as empresas não financeiras.

**b. Composição das contas de despesas com imposto de renda e contribuição social**

	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
Impostos diferidos - Constituição (líquido de realização) no semestre, sobre adições temporárias	(16.614)	29.469
Impostos correntes - Imposto de renda e contribuição social Correntes	<u>(38.945)</u>	<u>(56.186)</u>
Total	<u>(55.559)</u>	<u>(26.717)</u>

**c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos**

<b>30/06/2019</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Saldos em 1 de Janeiro</b>	<b>Constituição/ (realização)</b>	<b>Saldos em 30 de Junho</b>
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo</i>			
Sobre a provisão para perdas com créditos	91.609	(15.562)	76.047
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	6.444	(1.094)	5.350
Sobre prejuízo com títulos e valores mobiliários	128	42	170
	<u>98.181</u>	<u>(16.614)</u>	<u>81.567</u>
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo</i>			
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	5	-	5
	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>5</u>
<b>30/06/2018</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Saldos em 1 de Janeiro</b>	<b>Constituição/ (realização)</b>	<b>Saldos em 30 de Junho</b>
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo</i>			
Sobre a provisão para perdas com créditos	89.306	30.733	120.039
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	8.981	(1.380)	7.601
Sobre prejuízo com títulos e valores mobiliários	162	(9)	153
	<u>98.449</u>	<u>29.344</u>	<u>127.793</u>
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo</i>			
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	5	-	5
	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>5</u>

**d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social**

A previsão de realização dos créditos tributários é de até cinco anos, fundamentada no estudo de recuperabilidade realizado com base no orçamento do Banco. O valor presente dos créditos tributários, considerando a taxa média de captação, é de R\$ 84.742 (R\$ 88.948 em 30 de junho de 2018).

**e. Créditos tributários não registrados**

O Banco e as suas subsidiárias não possuem créditos tributários não registrados nas demonstrações contábeis consolidadas em 30 de junho de 2019 e de 2018.

**16 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

O capital social do Banco, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 41.196.081 (56.487.534 em 30 de junho de 2018) de ações ordinárias nominativas e 40.248.014 (24.956.561 em 30 de junho de 2018) de ações preferenciais pertencentes a acionistas domiciliados no País todas sem valor nominal.

**b. Ações em tesouraria**

Em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018, o Banco não possuía ações em tesouraria.

**c. Ajuste de avaliação patrimonial**

Refere-se à atualização de títulos patrimoniais da CETIP, a qual era efetuada com base em informações fornecidas pela referida entidade, enquanto título patrimonial.

**d. Reservas de lucros**

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

A reserva estatutária refere-se a reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatórias e operacional de valor de patrimônio líquido do Banco e suas controladas, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

Conforme disposições estatutárias, o Conselho de Administração efetua a proposta de destinação do lucro líquido do período após a constituição da reserva legal e do pagamento do dividendo obrigatório mínimo, cuja proposta é levada à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

**e. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos da lei societária. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 foram distribuídos aos acionistas R\$ 26.295 a título de dividendos e R\$ 66.643 a título de juros sobre o capital próprio (R\$ 44.915 referentes ao resultado do semestre e 21.728 referente ao resultado de 2018). Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da demonstração do resultado para a rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante o artigo 2º da Resolução nº de 18 de dezembro de 2018, do Banco Central do Brasil.

	<b>30/06/2019</b>		
	<b>Bruto</b>	<b>IRRF</b>	<b>Líquido</b>
Juros sobre o Capital Próprio (1)	8.269	1.240	7.029
Juros sobre o Capital Próprio (2)	7.327	1.099	6.228
Juros sobre o Capital Próprio (3)	8.113	1.217	6.896
Juros sobre o Capital Próprio (4)	6.991	1.049	5.942
Juros sobre o Capital Próprio (5)	7.224	1.084	6.140
Juros sobre o Capital Próprio (6)	6.991	1.049	5.942
<b>Total</b>	<b>44.915</b>	<b>6.738</b>	<b>38.177</b>

	<b>30/06/2018</b>		
	<b>Bruto</b>	<b>IRRF</b>	<b>Líquido</b>
Juros sobre o Capital Próprio (7)	16.009	2.401	13.608
Juros sobre o Capital Próprio (8)	27.087	4.063	23.024
<b>Total</b>	<b>43.096</b>	<b>6.464</b>	<b>36.632</b>

- (1) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de fevereiro de 2019 e pago em 8 de fevereiro de 2019
- (2) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2019 e pago em 20 de fevereiro de 2019.
- (3) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de março de 2019 e pago em 8 de março de 2019.
- (4) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de abril de 2019 e pago em 3 de abril de 2019.
- (5) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de maio de 2019 e pago em 3 de maio de 2019.
- (6) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2019 e pago em 5 de junho de 2019.
- (7) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2018 e pago em 16 de abril de 2018.
- (8) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2018 e pago em 16 de julho de 2018 e em 10 de setembro de 2018.

Os referidos juros reduziram os encargos tributários registrados no resultado do semestre em R\$ 9.483 (R\$ 38.396 em 2018).

## 17 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com as empresas controladas, controladas em conjunto, com outras empresas do grupo e pessoas - chave na administração.

Pessoas - chave da administração são definidas como aquelas que tem autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle.

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2019</b>		
	<b>Direitos (Obrigações)</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>
Dividendos recebidos (c)	149.546	-	-
Depósitos à vista	(2.288)	-	-
Depósitos a prazo (b)	(178.189)	-	5.448
Letra financeiras	(147.913)	-	4.943
Remuneração da Administração (a)	-	-	2.831
Juros sobre o capital próprio	-	44.915	-
Dividendos pagos	-	26.295	-
Propaganda e publicidade	-	-	13
Aluguel	-	-	79
Serviços da tecnologia da informação	-	-	12.664

Descrição	30/06/2018		
	Direitos (Obrigações)	Receitas	Despesas
Depósitos à vista	(450)	-	-
Depósitos a prazo (b)	(194.403)	-	7.089
Letra financeiras	(107.291)	-	2.944
Remuneração da Administração (a)	-	-	3.114
Juros sobre o capital próprio	(43.096)	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	944
Propaganda e publicidade	-	-	129
Serviços da tecnologia da informação	-	-	2.868

- (a) Refere-se à remuneração do pessoal chave da Administração.
- (b) Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.
- (c) Os dividendos recebidos são decorrentes do investimento na empresa Junto Holding Brasil S.A.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 7 de outubro de 2010, da CVM.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

Junto Seguros S.A., Junto Resseguros S.A., Junto Holding Brasil S.A., Junto Holding Latam S.A., J Malucelli Administração e Participação e suas controladas não financeiras, destacando-se a Companhia Paranaense de Construção, a J Malucelli Energia, a J Malucelli Rental, a J Malucelli Equipamentos, a J Malucelli Serviços de Tecnologia Ltda., J Malucelli Futebol S/A., a Porto de Cima Corretora de Seguros Ltda., a Invest Bens Administradora de Bens, a J Malucelli Gerenciadora de Projetos e Análise de Riscos, a J Malucelli Concessões e a Porto de Cima Incorporações.

## 18 Outras despesas administrativas

	30/06/2019	30/06/2018
Serviços técnicos especializados (d)	(26.281)	(25.712)
Comissões e corretagens (a)	(22.400)	(34.486)
Processamento de dados	(11.336)	(10.927)
Propaganda e publicidade	(6.107)	(2.227)
Outras (c)	(2.918)	(2.328)
Despesas com tarifas de convênios (b)	(2.088)	(3.445)
Despesas do sistema financeiro	(2.592)	(951)
Despesas com aluguel	(1.798)	(1.264)
Manutenção e conservação de bens	(1.607)	(1.080)
Despesas com comunicações	(1.233)	(906)
Serviços gráficos	(1.169)	(58)
Despesas com viagens	(834)	(522)
Despesas com transportes	(298)	(375)
Promoções e relações públicas	(106)	(300)
Material expediente	(100)	(105)
Despesas com publicações	(110)	(100)
<b>Total</b>	<b>(80.977)</b>	<b>(84.784)</b>

- (a) Despesas com comissões pagas aos correspondentes bancários - crédito consignado.
- (b) Refere-se a pagamentos mensais efetuados às empresas de consignação que são as responsáveis por gerenciar a carteira de empréstimos consignados.

- (c) Refere-se a despesas diversas como água, energia elétrica, vigilância, copa e cozinha e despesas com cartórios.
- (d) Refere-se a serviços de consultoria, honorários de serviços de call-center, auditoria externa e assessoria técnica.

## 19 Outras receitas e despesas operacionais

	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
<b>Outras receitas</b>		
Recuperação de despesas	-	1.557
Reversão de provisão cível e trabalhista	3.123	4.217
Lucro na alienação de valores e bens	20	-
Atualização monetária de crédito tributário (a)	9	9
Outras	21	52
<b>Total</b>	<b>3.173</b>	<b>5.835</b>

	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
<b>Outras despesas</b>		
Atualização de cessões de crédito liquidadas antecipadamente	-	(194)
Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(9.565)	(6.161)
Incentivos fiscais	(200)	(300)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(162)	-
Outros	(25)	(87)
<b>Total</b>	<b>(9.952)</b>	<b>(6.742)</b>

- (a) A atualização monetária é calculada sobre os saldos de IRPJ e CSLL pagos a maior no exercício anterior e que compõe o saldo de Crédito Tributário em 30 de junho de 2019 e de 2018.

## 20 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros em 30 de junho de 2019 e de 2018 referem-se aos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, divulgados na nota explicativa nº 5, as operações de crédito na nota explicativa nº 6 e depósitos a prazo na nota explicativa nº 10. No quadro abaixo seguem os valores de mercado para as operações de crédito e para os depósitos a prazo, visto que os demais instrumentos financeiros anteriormente citados já estão sendo apresentados a valor de mercado:

	30/06/2019			30/06/2018		
	Valor contábil	Valor de mercado	Lucro (prejuízo) não realizado	Valor contábil	Valor de mercado	Lucro (prejuízo) não realizado
Operações de crédito	3.418.425	3.487.328	(68.903)	3.496.787	3.588.520	(91.733)
Depósitos a prazo	1.907.846	1.823.898	(83.948)	1.970.512	1.963.300	(7.212)

Os valores de mercado foram calculados mediante desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas de operações de crédito praticadas no mercado na data do balanço.

As operações do Banco e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

**a. Risco de crédito**

As políticas de crédito do Banco são fixadas pela Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da análise de crédito criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de seus produtos (pulverização do risco).

O Banco possui ainda, a provisão para perdas com operações de crédito, no montante de R\$ 162.963 (R\$ 252.981 em 30 de junho de 2018), para fazer face ao risco de crédito.

**b. Risco de taxa de juros e de liquidez**

Os resultados do Banco estão suscetíveis a sofrer variações decorrentes das operações contratadas a taxa de juros pós-fixada e prefixada. A Administração gerencia o risco de taxa de juros e o risco de liquidez, por meio de metodologias que incluem VAR, EVE, relatórios de rentabilidade, de liquidez e outros relatórios gerenciais.

**c. Risco de mercado**

***Parâmetros utilizados para o gerenciamento do risco de mercado***

O Banco utiliza as seguintes metodologias para avaliar o risco de mercado, facilitando a análise e a percepção sobre o quadro de risco ao qual o Banco está exposto.

***Posições***

O valor de mercado das posições é segregado em “compradas” e “vendidas”.

Esses dois valores dão uma ideia do volume de negócios, mas, não necessariamente, uma visão real do risco.

Limites de posição podem ser estabelecidos em função de um tipo de instrumento específico ou estratégia, para que sejam mantidos de acordo com os níveis desejados pelo Banco.

***Sensibilidades***

As sensibilidades demonstram o impacto da mudança de um determinado parâmetro de mercado sobre o valor da carteira do Banco. Portanto, elas são uma importante medida para o gerenciamento da exposição e da estrutura da carteira do Banco.

Para uma carteira de renda fixa, o efeito da alteração da estrutura a termo da taxa de juros por um ponto-base (0,01) é a principal medida de sensibilidade.

***Análise de cenário (teste de estresse)***

É um requerimento das Autoridades Reguladoras. Os cenários generalizam as sensibilidades, pois com o impacto do movimento, uma gama inteira de parâmetros de mercado é considerada ao mesmo tempo.

Os resultados de um teste de estresse dão uma informação complementar da potencial perda da carteira do Banco para cenários de ruptura de mercado, situação que o modelo-padrão de VaR não consegue prever.

Os cenários de estresse são estabelecidos pelo Comitê de Riscos e Capital com o Departamento de Planejamento Financeiro e são revisados anualmente.



Caso haja necessidade de reavaliação, em face das alterações substanciais nas condições do mercado, essas serão discutidas no Comitê de Riscos e Capital.

### ***Value at Risk***

O Value at Risk (valor em risco ou VaR) de uma carteira representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*), sob condições normais de mercado.

Para o VaR regulatório reportado localmente, por exemplo, o nível de confiança adotado é de 99% e 10 dias de *holding period*.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

### ***Economic Value Equity (EVE)***

A exposição da carteira, *Banking*, é mensurada através da metodologia Economic Value Equity (EVE), que se caracteriza por ser uma metodologia de mensuração de impactos econômicos, utilizada para cálculo de exposição ao risco de taxas de juros dos títulos classificados na carteira de não negociação (*Banking*).

Essa metodologia consiste em:

1. Apurar o valor presente dos fluxos.
2. Apurar o *duration* do ativo e do passivo por indexador.
3. Determinar a média ponderada baseada nas taxas históricas dos últimos quatro anos.
4. Calcular o impacto no ativo e no passivo, tendo como base a variação nas taxas de juros; e calcular a exposição através da metodologia EVE.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

### ***Backtesting***

O Backtesting é um elemento-chave para a validação do modelo interno de risco de mercado adotado pelo Banco, sendo, também, um requerimento da Autoridade Reguladora.

Consiste na análise da razão de verossimilhança para testar o número de perdas acima do grau de confiança esperado, servindo para identificar as falhas dos modelos de VaR e os fatores que precisarão de ajustes.

### ***Monitoramento e controle***

O risco de mercado é monitorado e controlado por meio de sistema integrado aos sistemas legados, controlando as posições geradoras de risco.

Com base nesse sistema, são elaborados relatórios de monitoramento e controle destinados à Gerência e aos Comitês Executivo Sênior e de Riscos e Capital. Os relatórios permitem um acompanhamento da exposição por determinada categoria de produtos, assim como a análise do comportamento da carteira quando exposta aos cenários de estresse.

Os procedimentos necessários para execução dos controles de risco estão documentados em manuais de procedimentos e são revisados com periodicidade mínima anual.

Para fins de efetuar essa análise, as operações do Banco são segregadas da seguinte forma:

- **Carteira de trading** - Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade.

As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, à obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou à realização de arbitragens.

- **Carteira de banking** - Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas sem intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de não negociação.

Abaixo, segue a Exigência de Capital para as carteiras *trading* e *banking*:

*Trading Book (R\$ milhares):*

	30/06/2019	30/06/2018
RWAjur[1](1)	649	2.554
RWAjur[2](2)	1.019	3.970
RWAjur[3](3)	743	2.897
RWAjur[4](4)	551	2.146
RWAacs(5)	245	954
RWAcom(6)	275	1.073
RWAcam(7)	1.529	2.384

- (1) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa de juros prefixada denominada em Reais (Circular Bacen nº 3.634/13).
- (2) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras (Circular Bacen nº 3.635/13).
- (3) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa dos cupons de índices de preços (Circular Bacen nº 3.636/13).
- (4) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa dos cupons de taxa de juros (Circular Bacen nº 3.637/13).
- (5) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação do preço das ações (Circular Bacen nº 3.638/13).
- (6) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação dos preços de mercadorias (Circular Bacen nº 3.639/13).
- (7) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação cambial (Circular Bacen nº 3.641/13).

*Banking Book:*

	30/06/2019	30/06/2018
Rban - prefixado	117.438	224.975
Rban – dólar EUA	-	190
Rban – TJLP	-	6.211
Rban – IGPM	9.422	-

**d. Posições de instrumentos financeiros e operações de hedge (Quadro de análise de sensibilidade)**

A Instrução CVM 475 de 17 de dezembro de 2008 dispôs sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de *hedge*, que inclui a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A referida Instrução também determinou os percentuais de deterioração aos quais a Administração deve considerar na avaliação dos cenários. Cabe ressaltar que os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

- **Cenário I:** Situação considerada provável pela Administração e que já está contemplada na valorização das operações constantes do balanço patrimonial, considera a aplicação de 1 ponto percentual, tanto de crescimento quanto de queda, nos preços de moedas e índice de taxa de juros. No cenário aplicado sobre as posições de 30/06/2019, para o cenário de juros foi utilizado a taxa média DI Pré-Over de 6,4640 e 6,3360 (6,4640 e 6,3360 em 30/06/2018).
- **Cenário II:** Considera a aplicação de, pelo menos, 25 pontos percentuais, tanto de crescimento quanto de queda, nos preços de moedas e índice de taxa de juros. No cenário aplicado sobre as posições de 30/06/2019, para o cenário de juros foi utilizado a taxa média DI Pré-Over de 8,000 e 4,800 (8,0000 e 4,8000 em 30/06/2018).
- **Cenário III:** Considera a aplicação de, pelo menos, 50 pontos percentuais, tanto de crescimento quanto de queda, nos preços de moedas e índice de taxa de juros. No cenário aplicado sobre as posições de 30/06/2019, para o cenário de juros foi utilizado a taxa média DI Pré-Over de 9,6000 e 3,200 (9,6000 e 3,2000 em 30/06/2018).

**Em 30 de junho de 2019**

Cenário de alta na taxa DI				Valorização:		
Operação	Risco de Variação em:	Valor Base	Cenário Base	I 1%	II 25%	III 50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	1.700.580	6,5700	1.088	27.209	54.419
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	457.026	6,5700	292	7.312	14.625
Depósitos a prazo	Índice DI	(1.902.638)	6,5700	(1.218)	(30.442)	(60.884)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	(112.963)	6,5700	(72)	(1.807)	(3.615)
Letras financeiras e LCI	Índice DI	(2.249.268)	6,5700	(1.440)	(35.988)	(71.977)
<b>Efeito líquido</b>				<b>(1.350)</b>	<b>(33.716)</b>	<b>(67.432)</b>

<b>Cenário de baixa na taxa DI</b>				<b>Deterioração:</b>		
<b>Operação</b>	<b>Risco de Variação em:</b>	<b>Valor Base</b>	<b>Cenário Base</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>
				<b>1%</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	1.700.580	6,5700	(1.088)	(27.209)	(54.419)
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	457.026	6,5700	(292)	(7.312)	(14.625)
Depósitos a prazo	Índice DI	(1.902.638)	6,5700	1.218	30.442	60.884
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	(112.963)	6,5700	72	1.807	3.615
Letras financeiras e LCI	Índice DI	(2.249.268)	6,5700	1.440	35.988	71.977
<b>Efeito líquido</b>				<b>1.350</b>	<b>33.716</b>	<b>67.432</b>

### ***Em 30 de junho de 2018***

<b>Cenário de alta na taxa DI</b>				<b>Valorização</b>		
<b>Operação</b>	<b>Risco de Variação em:</b>	<b>Valor-base</b>	<b>Cenário-base</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>
				<b>1%</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	1.460.478	6,4000	935	23.368	46.735
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	124.471	6,4000	80	1.992	3.983
Operações de crédito	Índice DI	50.477	6,4000	32	808	1.615
Depósitos a prazo	Índice DI	(1.955.716)	6,4000	(1.252)	(31.291)	(62.583)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	(116.376)	6,4000	(74)	(1.862)	(3.724)
Letras financeiras e LCI	Índice DI	(2.078.312)	6,4000	(1.330)	(33.253)	(66.506)
<b>Efeito líquido</b>				<b>(1.609)</b>	<b>(40.238)</b>	<b>(80.480)</b>

<b>Cenário de baixa na taxa DI</b>				<b>Deterioração</b>		
<b>Operação</b>	<b>Risco de Variação em:</b>	<b>Valor-base</b>	<b>Cenário -base</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>
				<b>1%</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	1.460.478	6,4000	(935)	(23.368)	(46.735)
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	124.471	6,4000	(80)	(1.992)	(3.983)
Operações de crédito	Índice DI	50.477	6,4000	(32)	(808)	(1.615)
Depósitos a prazo	Índice DI	(1.955.716)	6,4000	1.252	31.291	62.583
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	(116.376)	6,4000	74	1.862	3.724
Letras financeiras e LCI	Índice DI	(2.078.312)	6,4000	1.330	33.253	66.506
<b>Efeito líquido</b>				<b>1.609</b>	<b>40.238</b>	<b>80.480</b>

## **21 Outras informações**

- a. O Banco mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, calculado de forma consolidada com a J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que constituem o Conglomerado Financeiro nos termos da Resolução Bacen nº 2.099/94 e das normas posteriores. Em 30 de junho de 2019, o patrimônio líquido ajustado representava 29,26 %, superior, portanto, ao mínimo de 10,5% estabelecido pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (22,06.% em 30 de junho de 2018) dos ativos ponderados por risco.
- b. Em 30 de junho de 2019 e de 2018 não há avais e fianças concedidos pelo Banco.

- c. O Banco e suas controladas são patrocinadores de um plano de aposentadoria complementar para os seus funcionários, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. O Banco é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes. As contribuições, no semestre findo em 30 de junho de 2019, totalizaram R\$ 224 no Banco (R\$ 179 em 30 de junho de 2018) e no consolidado R\$ 241 (R\$ 202 em 30 de junho de 2018). As contribuições relativas a acumulação das obrigações do plano são inteiramente custeadas pelos participantes.
- d. A empresa controlada J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é responsável pela administração de 26 fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos totalizam R\$ 2.095.279 (R\$ 1.751.662 em 30 de junho de 2018) e pela gestão da carteira de 15 empresas cujos patrimônios líquidos totalizavam R\$ 1.503.684 (R\$ 1.703.846 em 30 de junho de 2018).
- e. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa são compostos por:

	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
No início do período		
Disponibilidades	559	347
Aplicações interfinanceiras de liquidez (e.1)	1.322.694	921.555
Total	1.323.253	921.602
No final do período:		
Disponibilidades	303	677
Aplicações interfinanceiras de liquidez (e.1)	1.700.580	1.452.613
Total	1.700.883	1.453.290

- (e.1) Refere-se a aplicações com posição bancada do Banco e de controladas em cotas de fundos de investimento com liquidez imediata e, títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento de até 90 dias, contados da data de aquisição.

## 22 Eventos Subsequentes

Conforme Assembleia de Acionistas, realizada em 18 de junho de 2019 foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas devido ao excesso de capital na Companhia, no valor bruto total de R\$ 200.000, a ser distribuído em julho de 2019 no montante de R\$ 60.000 e até 31 de dezembro de 2019 R\$ 140.000.

## **Diretoria**

Cristiano Malucelli -  
Presidente

André Luiz Malucelli -  
Diretor Comercial Pessoa Jurídica

Anilson Fieker Pedrozo -  
Diretor Operacional e Administrativo

Laercio Schulze de Sousa -  
Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Nile Mannrich -  
Diretora Comercial Pessoa Física

## **Contador responsável**

Hilário Mário Walesko - Controller  
CRC-PR 29.585/O-9